



Depoimento Lalo de Almeida

O projeto de retratar a Amazônia começou em 2009, com a usina Belo Monte, no Pará. Logo que cheguei, percebi que algo muito grande acontecia ali. Era uma dessas epopeias como Serra Pelada e a Transamazônica. Comecei a entender como funcionam os processos dessas grandes obras na Amazônia, que até hoje é vista como uma colônia fornecedora de matéria-prima. Trata-se de um processo brutal, que chega sem pensar no impacto que causa às comunidades tradicionais. Pela logística e riscos, a Amazônia sempre foi muito difícil de fotografar, mas hoje há uma sensação de impunidade no ar. É o momento mais tenso desde quando comecei a frequentar a região. Quando me perguntam por que decidi registrar tudo em preto e branco, respondo que é uma tentativa de alcançar uma estética atemporal, capaz de mostrar que essa situação perdura há muito tempo. Para mim este projeto é infinito, que só vai acabar quando eu não tiver mais energia para continuar.

Amazônia em transe

Avanço populacional e economia predatória colocam floresta nos limites da sustentabilidade

ANÁLISE

Marcelo Leite

SÃO PAULO Ninguém desconhece que a Amazônia brasileira vive tempos de grave ameaça sob Jair Bolsonaro. Os processos que a lançaram nessa situação limite, porém, transcendem este governo ecocida e seu ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, ora sob investigação por suspeita de favorecimento a madeireiros na ilegalidade.

Os veios de destruição se estendem não só para o passado, mas também para fora das fronteiras nacionais. Nove países compartilham a maior floresta tropical do mundo, com 7 milhões de km² (dos quais 62% no Brasil), assim como os problemas característicos de miséria, criminalidade e devastação ambiental.

Não são apenas indígenas, quilombolas e ribeirinhos a sofrer com o impacto de estradas, garimpeiros, hidrelétricas e grileiros. Dos 34 milhões de habitantes da Pan-Amazônia, 63% (21 milhões) vivem em cidades grandes e médias, três das quais despontam entre as 50 mais violentas do mundo (Manaus, Belém e Macapá).

Sim, a floresta abriga 190 povos indígenas em sua porção brasileira, 752 mil pessoas, mas só 2,6% da população regional. O Peru tem 61 povos e 418 mil indivíduos, que, no entanto, perfazem 10% do povoamento amazônico no país vizinho; na Colômbia são 12%, na Venezuela 13%.

As cidades incham porque a Amazônia aparece como terra de oportunidades para os pobres de todas as partes, mas nem todos se dão bem. Das cidades vão e voltam os aviões, tratores, camionetes e caminhões que penetram o interior levando aventureiros. A malha de estradas oficiais e clandestinas se adensa, induzindo um vetor perpendicular de desmatamento em faixas com 5 km a 50 km ao longo da rodovia.

Foi assim com a BR-364 dos

anos 1970-80 no trecho de Rondônia. Depois veio a BR-163, a famigerada Cuiabá-Santarém. Agora se quer repetir o padrão predatório com o asfaltamento da BR-319 (Manaus-Porto Velho).

Na frente vão grileiros e madeireiros, que avançam sobre terras públicas, não raro devastando unidades de conservação e terras indígenas. Colonos sem terra e pecuaristas predatórios afluem pelas vias recém-abertas para terminar a derrubada da mata e inaugurar conflitos fundiários. As ferramentas mais usadas são a motosserra e o correntão para derrubar árvores e o fogo para limpar terrenos.

Na versão 2020 do estudo "Amazônia Sob Pressão", a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) estima que 13% do bioma foi afetado por queimadas de 2001 a 2019. A proporção se mostra maior no Brasil, com 17%, e mais ainda na Bolívia (27%).

No mesmo período vieram abaixo, nas nove nações, 513 mil km² de floresta — uma Espanha. No Brasil, bastou meio século para desaparecer 800 mil km²: duas Alemanhas, ou 19% de sua mata amazônica original, perto dos 22% que se acredita bastarem para deflagrar processo irreversível de ressecamento, perda de biodiversidade e decadência florestal.

Até o ano 2000, 794 mil km² da Pan-Amazônia haviam sido ocupados pela agropecuária. Nas duas décadas seguintes, somaram-se 647 mil km²; incremento de 81,5%, segundo informa a Raisg.

A mineração afeta 17% da

Nos governos nacionais também predominam os que desprezam direitos indígenas, submergindo suas terras para alimentar usinas



Indígena caminha na aldeia Yawalapiti em meio à fumaça que cobre o Parque Indígena do Xingu devido aos incêndios florestais, em agosto de 2006. Trecho da rodovia BR-319 que liga Manaus a Porto Velho, em 2018. Funcionário do Ibama destrói fornos que eram usados para fazer carvão em uma serraria ilegal no Centro do Guilherme (MA), em março de 2017. Família de migrantes recém-chegados de Rondônia caminha pela rodovia Transamazônica no sul do Amazonas, em agosto de 2020. Fotos Lalo de Almeida/Folhapress

Amazônia internacional, parte disso em 4.472 pontos de garimpo ilegal, dos quais 2.576 no Brasil. São bandoleiros movidos pela alta do ouro no mercado mundial, que não respeitam terras indígenas e hoje ameaçam a sobrevivência de ianomâmis e mundurucos, entre outros povos acossados.

Nos governos nacionais também predominam os que desprezam direitos originários indígenas, submergindo suas terras ou inutilizando a pesca nos rios para alimentar usinas hidrelétricas. São 833 delas em funcionamento ou planejadas, 52% no Brasil.

Se os governos Lula e Dilma, "progressistas", plantaram a semente ruim de Belo Monte no rio Xingu, o que se poderia esperar de Temer e Bolsonaro? Desdém completo pelo reconhecimento de terras indígenas (TIs).

Da Constituição de 1988 até 2010, houve homologação de 248 TIs, média de 11 por ano. No governo Dilma, apenas 20 (menos de 4/ano). Temer, uma única TI. Bolsonaro, nem um centímetro.

Apesar das pressões, são os 47% da Amazônia preservados em unidades de conservação e TIs (42% no Brasil) que servem de escudo para conter a marcha da devastação. É um dos maiores estoques de carbono do planeta, cuja destruição daria contribuição significativa para o aquecimento global e a crise do clima.

Basta contemplar um mapa da malha viária ou das áreas ainda não desmatadas para vislumbrar que um imenso núcleo quase intocado sobrevive no oeste da floresta brasileira. Não por acaso uma das regiões em que o ritmo de desmatamento se intensifica e que se planeja rasgar com a BR-319.

Tudo somado e subtraído, o relatório da Raisg conclui que 26% da Amazônia se encontra sob alta pressão antrópica. O número se repete no Brasil (27%), onde o desmatamento cresceu nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro; já surgem indicações de que a destruição se repetirá e pode acelerar-se no terceiro, uma vez que as derrubadas se intensificam mesmo na estação chuvosa.

Nada a estranhar, numa administração em que o ministro do Ambiente toma as dores de madeireiros acusados de crimes pela Polícia Federal e termina investigado como cúmplice; em que o presidente despreza índios e quilombolas enquanto idealiza garimpeiros; em que um general na Saúde deixa faltar oxigênio na Manaus prostrada pela Covid e lhe envia cloroquina.